

Senado tenta retomada das votações

Sérgio Prado
de Brasília

Em meio à turbulência de sua crise interna, o Senado Federal tenta retomar as votações de projetos importantes para a economia do País. O Palácio do Planalto tem insistido com seus aliados, que os trabalhos no Congresso Nacional precisam ser retomados o mais rapidamente possível, pois quase nada de relevante foi aprovado desde o dia 15 de fevereiro, quando as novas Mesas Diretores foram empossadas nas duas Casas.

A tramitação no Senado da Lei das Sociedades Anônimas tem rodada de debates importante, nesta quarta-feira. Uma sessão conjunta das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e Constituição e Justiça (CCJ) foi agendada passada, na tentativa de apressar o andamento do projeto, já aprovado na Câmara dos Deputados. Na semana passada, o tucano Lúcio Alcântara que preside a CAE indicou como relator na comissão o seu colega de partido Pedro Piva.

A chefia do gabinete do senador Piva afirmou na quinta-feira, que o relator na CAE ainda não tinha condições de emitir uma opinião sobre possíveis alterações no texto. Responsável pela relatoria na CCJ, o pefelista José Agripino também se mostra cauteloso em relação ao parecer que deve encaminhar ao plenário da comissão.

Sectores empresariais, do mercado de capitais e negociadores de acionistas têm circulado por Brasília para conversar com os senadores sobre a lei e a urgência com que a iniciativa privada vê na sua aprovação. Há quase a certeza nos bastidores do Senado de que o texto aprovado pelos deputados será modificado.

De forma geral, admite-se que os parlamentares vão aceitar a pressão para que a influência dos

acionistas seja ampliada em relação ao que propõe o substitutivo do deputado Antônio Kandir da Comissão de Finanças, que a Câmara ratificou, depois da negociação de um demorado acordo. Para acomodar segmentos da indústria e

sistema financeiro, representados pelo PMDB, os deputados acabaram por reduzir os poderes dos minoritários, como estabelecia o projeto inicial apresentado por Emerson Kapaz, da comissão de Indústria e Comércio.

Se for confirmada a alteração, o atraso na votação da nova lei será ine-

vitável, pois precisará voltar à Câmara como manda a lei. O receio entre os empresários e seus representantes no Planalto é que o projeto não saia do papel, em função das dificuldades de ultrapassar a

barreira regimental do Legislativo. O recesso de julho é o primeiro obstáculo.

Empréstimo externo

Aprovado na CAE, o pedido do Executivo de um empréstimo de US\$ 757,6 milhões junto ao Bird pode ser ratificado pelo plenário também nesta semana. Na quinta-feira, o presidente do Congresso Jader Barbalho confirmou que vai colocar o projeto em votação no plenário na sessão de amanhã.

Na proposta enviada ao Senado, a qual foi apreciada no final de abril, o governo argumenta que as verbas serão usadas para o ajuste do setor público. A mensagem do presidente diz que o dinheiro se destina a "implementação das reformas estruturais das áreas fiscal, administrativa, financeira e de gestão de recursos públicos e gerenciamento da dívida, visando a fortalecer o balanço de pagamento, ampliar o volume de reservas disponíveis e garantir a solvência fiscal no médio e longo prazo".



Lúcio Alcântara